faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 503/04.8PBMAI, pendente neste Tribunal contra a arguida Maria de Fátima Martins Silva, filha de José de Jesus Silva e de Maria Alves Martins, natural de Portugal, Arouca, Escariz, Arouca, nascida em 15 de Fevereiro de 1974, solteira, titular do bilhete de identidade n.º 10663945, com domicílio na Rua Pedro Hispano, 937, casa 1, Porto, por se encontrar acusado da prática de um crime de dano simples, previsto e punido pelo artigo 212.º do Código Penal, praticado em 23 de Junho de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 22 de Fevereiro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

1 de Março de 2006. — O Juiz de Direito, *Nuno Matos*. — A Oficial de Justiça, *Sofia Costa da Silva*.

Aviso de contumácia n.º 5360/2006 — AP. — O Dr. Nuno Matos, juiz de direito do 4.º Juízo Tribunal da Comarca da Maia, faz saber que, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 236/01.7TAPVZ, pendente neste Tribunal contra o arguido Sílvio David de Jesus Vieira, filho de José Adelino Vieira e de Deolinda Filomena de Jesus Pereira, natural de Estreito de Câmara de Lobos, Câmara de Lobos, nascido em 28 de Maio de 1983, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 12909368, com domicílio na Vereda da Quinta, 12, 1300-341 Câmara de Lobos, por se encontrar acusado da prática de um crime de burla para obtenção de alimentos, bebidas ou serviços, previsto e punido pelo artigo 220.º do Código Penal, praticado em 31 de Maio de 2001, por despacho de 13 de Março de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

14 de Março de 2006. — O Juiz de Direito, *Nuno Matos*. — A Oficial de Justiça, *Sofia Costa da Silva*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE MARCO DE CANAVESSES

Aviso de contumácia n.º 5361/2006 — AP. — A Dr.ª Paula Cristina Borges Gonçalves, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Marco de Canaveses, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 430/03.6GAMCN, pendente neste Tribunal contra o arguido João Barroso Pires, filho de António Pires e de Maria Barroso, natural de Portugal, Montalegre, Viade de Baixo, Montalegre, de nacionalidade portuguesa, nascido em 20 de Fevereiro de 1954, titular do bilhete de identidade n.º 3534753, com domicílio no lugar de Talegre, Avessadas, 4630 Marco Canaveses, por se encontrar acusado da prática de um crime de dano simples, previsto e punido pelo artigo 203.º do Código Penal e um crime de ameaça, previsto e punido pelo artigo 153.º do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, em 6 de Março de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

8 de Março de 2006. — A Juíza de Direito, *Paula Cristina B. Gonçalves*. — O Oficial de Justiça, *Manuel Carvalho Novais*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA MARINHA GRANDE

Aviso de contumácia n.º 5362/2006 — AP. — A Dr.ª Filipa Reis Santos, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca da Marinha Grande, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 41/03.6IDMGR, pendente neste Tribunal contra o arguido Diamantino Cordeiro da Silva Azinheiro, filho de Joaquim da Silva Azinheiro Júnior e de Maria Vitória Cordeira, nascido em 13 de Agosto de 1960, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 6865825, com domicílio na Rua das Pedreiras, Montijos, 2425 Monte Redondo, Leiria, por se encontrar acusado da prática do crime de abuso de confiança fiscal, previsto e punido pelo artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 20-A/90 e Decreto-Lei n.º 394/93, de 24 de Novembro, praticado em 1999 e em 2000, foi o mesmo declarado contumaz, em 13 de Fevereiro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: nos termos dos artigos 335.º, n.º 3, e 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, esta declaração implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes e a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração; porque se mostram necessárias para desmotivar a situação de contumácia, ao abrigo do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do mesmo Código decretam-se as medidas seguintes: a proibição de o arguido obter quaisquer documentos oficiais (bilhete de identidade, carta de condução, cartão de contribuinte e passaporte ou sua renovação), a proibição de obter certidões ou efectuar registos junto das autoridades públicas competentes, e, ainda, o arresto dos saldos, à ordem ou a prazo, de todas as contas bancárias que o arguido possua em instituições de crédito a operar em Portugal.

1 de Março de 2006. — A Juíza de Direito, *Filipa Reis Santos*. — A Oficial de Justiça, *Maria Isabel de Jesus Marques Pereira*.

Aviso de contumácia n.º 5363/2006 — AP. — A Dr.ª Filipa Reis Santos, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca da Marinha Grande, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 93/04.1TAMGR, pendente neste Tribunal contra o arguido Rui Paulo Meneses da Moita, filho de António de Jesus da Moita e de Irene Meneses Manecas da Moita, natural de Lisboa, São Sebastião da Pedreira, Lisboa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 20 de Junho de 1971, titular do bilhete de identidade n.º 9552395, com domicílio na Praceta da Liberdade, lote 2, 1.º, esquerdo, Casal do Malta, 2430 Marinha Grande, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto simples, previsto e punido pelo artigo 203.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 22 de Outubro de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 6 de Março de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: nos termos dos artigos 335.º, n.º 3, e 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, esta declaração implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes e a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração; porque se mostram necessárias para desmotivar a situação de contumácia, ao abrigo do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do mesmo Código decretam-se as medidas seguintes: a proibição de o arguido obter quaisquer documentos oficiais (bilhete de identidade, carta de condução, cartão de contribuinte e passaporte ou sua renovação), a proibição de obter certidões ou efectuar registos junto das autoridades públicas competentes, e, ainda, o arresto dos saldos, à ordem ou a prazo, de todas as contas bancárias que o arguido possua em instituições de crédito a operar em Portugal.

15 de Março de 2006. — A Juíza de Direito, *Filipa Reis Santos*. — A Oficial de Justiça, *Maria Isabel de Jesus Marques Pereira*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA MARINHA GRANDE

Aviso de contumácia n.º 5364/2006 — AP. — A Dr.ª Teresa Pires de Oliveira, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca da Marinha Grande, faz saber que, no processo comum